

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISLIUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Pesquisas refletem a mediocridade de Lula



Embora o Brasil coleione números razoáveis na economia, cresce entre os eleitores a sensação de que o governo entrega pouco, enquanto Lula se esmera em aprofundar as divisões do País

É natural que haja sinais de desgaste de material no segundo ano de mandato, mas Lula da Silva deve estar um tanto aflito com as mais recentes pesquisas de opinião sobre seu governo, realizadas pela Genial/Quaest, Atlas Intel e Ipec. Para resumir, embora a aprovação a seu trabalho na Presidência tenha se mantido num patamar relativamente satisfatório, sobretudo quando comparado a seu antecessor, Jair Bolsonaro, os números mostram uma corrosão visível de sua popularidade.

Numa das pesquisas (Atlas), o número de brasileiros que reprovam o governo é maior do que aqueles que o aprovam. Em outra (Quaest), a diferença entre a aprovação e a desaprovção é a menor da série histórica. Na terceira (Ipec), a curva de desaprovção é ascendente, inversa à da aprovação, no pior resultado radiografado pelo instituto desde o início do governo. Na Quaest, o esmaecimento da popularidade ocorre inclusive na parte do eleitorado que em 2022 provavelmente votou no petista por convicção.

Ou seja, ao mesmo tempo que tem enorme dificuldade de conquistar os eleitores que o rejeitaram em 2022, Lula começa a enfrentar problemas também para satisfazer os eleitores que em geral o apoiam – e isso numa conjuntura econômica supostamente favorável. Não se sabe se os efeitos do crescimento da economia, do recuo da inflação e do desemprego baixo ainda estão por se fazer sentir na popularidade do presidente num futuro próximo, mas o quadro hoje é de *malaise* – e recorde-se que nenhum presidente com popularidade líquida (aprovação menos desaprovção) de 1 ponto percentual, caso de Lula hoje segundo a Quaest, conseguiu se reeleger. Bolsonaro, por exemplo, chegou ao fim do seu mandato com popularidade líquida de -2 pontos percentuais.

A polarização ajuda a tornar mais aguda a rejeição ao trabalho do presidente, mas o sinal amarelo acende para ele quando se vê a avaliação positiva cair inclusive em suas faixas preferenciais do eleitorado, isto é, mulheres, jovens e pessoas de baixa escolaridade, conforme mostraram Quaest e Ipec. A pesquisa Atlas Intel, por sua vez, identifica saldo negativo entre avaliações positivas e negativas em todas as áreas – numa faixa que vai de -5 pontos na agricultura a -42 pontos na segurança pública.

Podem-se especular que o encolhimento lulista seja fruto em parte da ausência de grandes marcas deste terceiro mandato. Mesmo não exuberante, o País vai relativamente bem na economia – com crescimento razoá-

vel, inflação sob controle e emprego num bom nível –, mas o governo carece de uma identidade clara e está longe de apresentar bons resultados em áreas-chave como segurança pública, educação e saúde. Em uma palavra: é mediocre.

Ademais, num país bastante polarizado, a principal pauta com a qual Lula foi eleito – a defesa da democracia e da união nacional – tem cada vez menos apelo, sobretudo por culpa do próprio petista, cuja natureza é essencialmente autoritária. Bastou um minuto de governo para Lula esquecer o espírito de frente ampla que ancorou sua vitória, concentrando suas atenções sobretudo nos devotos de sua seita, que vibra toda vez que ele hostiliza o Ocidente e os EUA e elogia as ditaduras de esquerda da América Latina.

À medida que o País se afasta do tenebroso governo de Jair Bolsonaro, mais e mais Lula passa a ser avaliado por seus próprios defeitos, e não com base num inimigo evidente a comparar e combater, como gostam os líderes populistas. É isso o que as pesquisas mostram de maneira cristalina.

O risco é Lula, em apuros, recorrer aos seus habituais métodos eleitoreiros para tentar recuperar o apoio perdido. O mau presságio veio esta semana, quando, ao exaltar dados econômicos, o presidente pediu mais “liberdade” para gastar “em benefício do povo”. Eis aí a fórmula clássica dos demagogos – especialmente aqueles que sentem a popularidade escorregar por entre os dedos. ●

Quem manda nas prisões

Mais de 70 facções atuam no interior das prisões País afora, como mostra um mapeamento do Ministério da Justiça. Só falta o Estado entregar as chaves do cárcere aos prisioneiros

O Ministério da Justiça e da Segurança Pública identificou que 72 facções criminosas atuam no interior das prisões País afora. Por escandalosa omissão do Estado, membros dessas facções exercem poder de vida e morte sobre outros detentos e servidores públicos que são treinados e armados para vigiá-los. Como se isso não bastasse, usando as prisões como “escritórios do crime”, como se convencionou chamá-las, os presos seguem gerenciando suas atividades delitivas nas ruas como se jamais tivessem sido alcançados pelo braço forte do Estado – que, convém lembrar, é o detentor do monopólio da violência. Uma humilhação para o poder público.

A rigor, o dado novo apresentado

por esse mapeamento sigiloso, ao qual o **Estado** teve acesso, é o grau de fragmentação das quadrilhas. Do total, 57 delas têm atuação meramente local, enquanto 13 são facções regionais. Outras duas, as mais poderosas, têm presença nacional: o Comando Vermelho (CV), com origem no Rio no fim dos anos 1970, e o Primeiro Comando da Capital (PCC), criado há mais de 30 anos em Taubaté (SP).

É público e notório que, há muitas décadas, o Estado só tem poder, quando muito, de determinar quem entra e quem sai das celas, e em quais horários. O que acontece no interior das instituições penitenciárias está quase totalmente submetido à dinâmica de poder estabelecida entre as próprias facções – além, é claro, da propensão à corrupção que move alguns agentes de

segurança.

Ao ingressar numa prisão brasileira, todo prisioneiro, seja um condenado pela Justiça ou um preso provisório, recebe do Estado um uniforme, um par de chinelos, um kit de higiene pessoal e uma imposição da realidade local para “escolher” a que bando vai pertencer no cárcere. Muitos, naturalmente, já entram no sistema penitenciário como membros de alguma facção criminosa, e são logo segregados em alas reservadas para ela – o que basta, por si só, para atestar a incapacidade do Estado para controlar o que acontece dentro dos presídios, a despeito de a medida ser vista como uma necessidade com vistas ao resguardo da integridade física dos próprios detentos.

Todas as facções criminosas mapeadas pela pasta da Justiça e da Segurança Pública exercem poder dentro dos presídios, mas 21 delas são consideradas de “alto impacto” no dia a dia prisional. “Os presos passam a se autogovernar nos presídios”, disse ao **Estado** Bruno Paes Manso, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP. “O fenômeno das facções e o modelo de negócio do PCC, que até 1990 era mais restrito a Rio e São Paulo, começa a se espalhar pelo Brasil, porque é um modelo bem-sucedido.”

Sucessivas décadas de leniência da administração pública para tornar o sistema penitenciário menos bárbaro e

mais humanizado, além de eficiente, resultou nesse “estado de coisas inconstitucional”, como bem o declarou o Supremo Tribunal Federal em outubro do ano passado. É notória a falência do Estado no cumprimento de seu dever inalienável de ressocializar os criminosos que mantém sob custódia. No Brasil, como em outros países civilizados, a pena de restrição da liberdade tem uma dimensão punitiva, mas também se presta, essencialmente, à ressocialização. Afinal, a Constituição veda a imposição das penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, e de prisão perpétua (art. 5º, XLVII, alíneas a e b). Trata-se de cláusula pétrea. De modo que, mais cedo ou mais tarde, os apenados voltarão às ruas. Em que condições, depende fundamentalmente de como o Estado exercerá seu poder de prisão.

Não é preciso conhecimento avançado de teoria política e sociologia para compreender que o Estado detém o monopólio da violência, com poder para cassar a liberdade dos que infringem as leis, por uma concessão dos cidadãos. Para triunfo da civilização sobre a barbárie, os indivíduos abrem mão de certas liberdades para que o Estado proteja a todos dos que se desviam das leis, mantendo a ordem pública e a paz social. Mais bem dito: ao descuidar de suas prisões, o Estado trai a sua razão de existir. ●